



## «O PRR É UMA OPORTUNIDADE GANHA, JAMAIS PERDIDA»

Gonçalo Rodrigues, secretário de Estado da Agricultura, responde às principais questões levantadas pelo sector, nesta entrevista onde reconhece que tempos excepcionais exigem da administração pública nacional e europeia, assim como de todo o sector agroalimentar, capacidade de simplificar, agilizar e de acção.

Ana Gomes Oliveira

**Muitas empresas portuguesas preparam-se, uma vez mais, para participar numa das maiores feiras internacionais do sector agrícola, a Fruit Attraction (Madrid). Como olha para o aumento desta representação nacional nestes pontos de encontro do mercado global?**

O dinamismo dos nossos agricultores, das suas organizações de produtores, cooperativas e das nossas empresas, conjugado com uma estratégia clara e objectiva de promoção do melhor da produção nacional, tem como consequência positiva este aumento de representatividade. Não é por acaso, muito pelo contrário. Na última década, o crescimento médio anual das exportações neste sector foi impressionante, com as exportações de frutas a crescerem mais 10% ao ano e de produtos hortícolas mais de 7%, para uma grande variedade de mercados. Este aumento da representação nacional, nas principais feiras internacionais do sector agroalimentar, é também uma demonstração do crescente dinamismo e competitividade, no caso concreto do sector das frutas, legumes

e flores. Permitam-me, pois, uma palavra de reconhecimento do excelente trabalho que a Portugal Fresh tem realizado, cujos resultados do trabalho colaborativo, na promoção da qualidade e excelência dos produtos nacionais, impactam muito e bem na imagem externa do país. Estas participações em feiras, mas também as missões empresariais e acções de prospecção, funcionam num ciclo de autorreforço com o próprio desempenho internacional, sendo fundamental manter esta tendência para uma cada vez mais robusta promoção externa.

**Em 2022, as exportações portuguesas de frutas, legumes e flores ultrapassaram, pela primeira vez, a barreira dos 2.000 milhões de euros. Tendo em conta o período desafiante que o sector atravessa, como é que o Governo pretende potenciar ainda mais esta capacidade exportadora?**

Os tempos que vivemos, de constantes e surpreendentes de-



safios, constituem, ao mesmo tempo, um estímulo de superação. Exemplo disso é a meta que o sector traçou e que queremos acompanhar: ultrapassar os 2.500 milhões de euros de exportações até 2030. O Governo tem disponibilizado e reforçado os vários instrumentos disponíveis para a promoção do sector agroalimentar e, no caso particular das frutas, legumes e flores, a Portugal Fresh tem um «Projecto Conjunto de Internacionalização para 2023-2025», com um sólido investimento global de cerca de um milhão e meio de euros, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e apoiado pelo Portugal 2030.

**Entre estas mesmas empresas e organizações, apela-se a um maior diálogo com a tutela e a uma maior cooperação na procura de respostas aos desafios que se impõem. Tem havido essa abertura por parte do Ministério?**

Governar é dialogar, cooperar, partilhar e decidir. Sublinho “decidir” porque a transformação que a agricultura portuguesa está a viver é reflexo disso mesmo: decisão, que, obviamente, não agrada a todos e, claro, promove a mudança e, conseqüentemente, a necessidade de adaptação. O desenvolvimento consolida-se, é preciso dar tempo ao tempo. E se há actividade familiarizada com esta expressão, essa actividade é a agricultura e a produção animal. Neste processo, a disponibilidade para aprofundar a reflexão é permanente e é

isso que tem acontecido, seja nas normais relações institucionais entre o sector e a tutela, seja na auscultação a pedido de agricultores, associações e confederações, seja nas frequentes deslocações aos territórios (é mesmo para isso que vamos aos territórios: para ouvir as pessoas!) ou, ainda, quando somos convocados para, juntos, encontrarmos soluções, alternativas... Como recentemente o fizemos no combate à escalada inflacionária dos factores de produção e dos produtos agroalimentares.

**A par da pandemia, da inflação, e da guerra, as alterações climáticas surgem como uma das principais barreiras a ultrapassar. Com mais de 46% do país em seca severa ou extrema, que medidas de ajuda e de aplicação imediata aos agricultores já estão em marcha para mitigar estes efeitos?**

Desde o início deste ciclo absolutamente vertiginoso, que teve origem numa histórica pandemia, Portugal tem alertado e trabalhado com o Conselho e a Comissão Europeia para a agilização dos mecanismos de accionamento da ‘Reserva de Crise’ e, agora, da ‘Reserva Agrícola’. Esta última foi trabalhada em conjunto com diversos Estados-membros, nomeadamente da bacia mediterrânica e, no imediato, em 2023, resultou na disponibilização de mais de trinta e cinco milhões de euros, que somam a mais trezentos milhões, na sua grande maioria de orçamento nacional, disponibilizados no últi-

# Tomar conta do seu risco é da nossa natureza



Soluções à medida



Seguro de colheita



Cobertura de preço

A Atlas é uma MGA especializada no sector agrícola que desenha e entrega soluções adequadas às reais necessidades dos agricultores, no âmbito da gestão de risco da sua actividade.

Trabalhamos em parceria com Sompo International.  
Saiba mais em [www.atlasmga.com](http://www.atlasmga.com)

Av. 5 de Outubro - 85, 1º - Lisboa  
info@atlasmga.com - + 351 213 186 217



**Atlas**  
AGRO INSURANCE MGA





mo ano. O imediato é um conceito contraditório na agricultura, mas tempos excepcionais exigem de nós, administração pública nacional e europeia, assim como de todo o sector agroalimentar, capacidade de simplificar, agilizar e de acção. Foi assim que, em menos de três meses, operacionalizámos e pagámos grande parte do apoio nacional previsto no «Pacto IVA 0» – se me permitem a simplificação da designação. É com esse mesmo espírito que continuamos a trabalhar para assegurar que todo o apoio disponibilizado chega efectivamente aos agricultores. Imediata foi também, por exemplo, a resposta nos apoios para uma rápida transição energética: mais de noventa milhões de investimento público disponíveis, que vão permitir, a largas centenas de agricultores, serem autossuficientes na sua actividade, reduzindo custos e contribuindo também, desta forma, para a sustentabilidade económica e ambiental da sua actividade. Como calculo que ainda irá fazer perguntas sobre “água”... Para já, deixo só estes exemplos.

**No que diz respeito à disponibilidade e acesso à água, muitas têm sido as vozes que defendem que as soluções vão além da criação de novas barragens, sendo preciso incluir o aproveitamento das já existentes e a implementação de sistemas de transvase de água de regiões com excedente para regiões mais secas. Concorda? Quais as medidas que considera primordiais?**

Governança e estratégia objectiva e partilhada. O percurso do país, principalmente na última década, tem sido notável. Em números redondos, falamos de mais de mil milhões de euros de investimento, que, além de consolidarem a notável e transformadora obra do Alqueva, têm permitido mais eficiência e eficácia no uso deste precioso recurso que é a água. Um recurso que, tantas vezes e durante demasiado tempo, julgámos infinito. O caminho está traçado e o compromisso selado com a recente aprovação da Resolução do Conselho de Ministros, a qual define orientações e recomendações relativas à Estratégia para o Regadio 2030 e ao Livro Branco do Regadio Público.

**Estão previstos ou em preparação novos projectos públicos estruturais para armazenamento/gestão/ distribuição de água no sul do país, nomeadamente no Algarve, e no centro (Oeste, Tejo, Beira, Sado) de forma a minimizar-se o problema?**

A urgência passa por implementar os Planos Regionais de Eficiência Hídrica nas regiões mais críticas do país. É o que estamos a fazer no Algarve, cuja implementação está em curso. É o que iremos fazer no Alentejo, cujo plano está em discussão pública. São mais mil milhões de euros em investimentos, em que, no caso do Algarve, cerca de duzentos são assegurados pelo Plano de Recuperação e Resiliência e pelo Programa de Desenvolvimento Rural. Estes vão permitir gerir melhor, aumentar a capacidade de retenção e ser muito mais eficazes na distribuição. E será esta combinação que nos permitirá assegurar previsibilidade e sustentabilidade.

Mas também estamos a trabalhar mais a norte, no Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes e Alto Douro, assim como está praticamente concluído o estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste, o qual nos vai dotar de um conjunto de informação essencial para decidir, nomeadamente no que toca ao potencial hidroagrícola e às soluções de engenharia a adoptar, sempre sob o desígnio da sustentabilidade. Este não é um trabalho desenvolvido apenas pela área governativa da Agricultura e Alimentação. O mesmo resulta, sim, de uma empenhada e forte parceria com o Ambiente e Acção Climática. Só assim tem sido possível, por exemplo, procurar as melhores soluções para reforçar a resiliência hídrica do Tejo e abrir caminho para alternativas como a dessalinização e o uso de águas residuais tratadas. A multiplicidade de opções exige de nós a melhor ponderação, informada e formada com base nas evidências científicas. E, claro, exige de nós uma decisão política partilhada com os diversos agentes do território. Obra aqui ou ali pode até garantir simpatia, mas o que é preciso é alinhar o foco e avançar. Juntos, não deixando ninguém para trás. É um caminho exigente, mas não abdicamos de o percorrer.

**Como estão a decorrer os trabalhos/negociações para a gestão/distribuição da água na zona de Odemira para uso agrícola e que perspectivas há de solução para esta questão?**

Perante a adversidade, reagimos da forma que nos pareceu mais adequada e proporcional. Áreas governativas da Agricultura e Alimentação e do Ambiente e Acção Climática, autarquia local e agricultores têm, no essencial, convergido nas soluções de emergência e de carácter estrutural para Odemira e para a região. Fomos claros na definição das prioridades, na garantia do acesso à água e estamos a implementar um exigente plano de acção, do qual faz parte o plano de contingência que, obrigando a sacrifícios, preserva o essencial: o abastecimento humano, o abeberamento animal e o ciclo produtivo das culturas instaladas. Tivemos de proibir novas culturas e de exigir uma gestão rigorosa e eficiente da água. Um esforço que tem sido assegurado pelos agricultores e que



# EMBALAGENS POR MEDIDA.

**Embalpom, SA**

Telf.: +351 262 958 320 | Fax: +351 262 950 073

<https://www.embalpom.com/>

Sede: Estrada Nacional 115, 18 - Ponte Seca, 2510-761 Gaeiras, Portugal

Filial: Avenida da Palmeira, 7 - Bemparece, 7630-040 Odemira, Portugal





## ENTREVISTA

nos permite ter confiança no cumprimento do ACORDO H2O – Pacto para a Gestão Sustentável da Água – e na concretização dos investimentos públicos em curso, mais de trinta milhões de euros, fundamentalmente em eficiência hídrica. Por isso, e como disse, temos muita confiança que as múltiplas soluções em implementação nos permitirão construir alicerces mais sólidos a um futuro de desenvolvimento e sustentabilidade naquela região.

### **Considera que se perdeu a oportunidade de utilizar os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência para a manutenção e modernização das estruturas públicas de regadio?**

Como já tive oportunidade de referir, governar é dialogar, cooperar, partilhar e decidir. O Plano de Recuperação e Resiliência é uma oportunidade ganha, jamais perdida. O regadio tem tido um notável desenvolvimento, percurso que vamos continuar e consolidar.

### **Receberam muitos contributos para o Livro Branco do Regadio Público? Já começaram as reuniões e encontros com autarcas e representantes da academia?**

Quanto ao Livro Branco do Regadio Público, as expectativas de participação foram correspondidas. Sublinhamos, acima de tudo, a diversidade. Contou com contributos que abrangeram a requalificação, a segurança hídrica, a transição energética e digital, o uso de água de origem alternativa, em concreto a reutilização e dessalinização... Mas, como já referi, a Resolução do Conselho de Ministros define orientações e recomendações relativas à Estratégia para o Regadio 2030 e ao Livro Branco do Regadio Público. Tem um calendário bem definido, que será cumprido e que não quero antecipar, até porque é um trabalho em curso e que envolve e convoca conhecimento e competência de agricultores e peritos, assim como da academia, das autarquias locais e da sociedade civil. Até ao final do ano, o Livro Branco do Regadio Público será apresentado e, consequentemente, colocado em discussão pública.

### **Na sua visão, como se inverte a tendência de abandono e desertificação dos territórios rurais, bem como o envelhecimento da população agrícola?**

Este é, de facto, um enorme desafio e uma das prioridades estratégicas para Portugal, para a Europa e para o Mundo. Apesar de a evolução positiva na qualidade de vida e do desenvolvimento do país, que registámos nas últimas décadas, assistimos ao êxodo da população para os grandes centros urbanos e para o exterior. Para inverter esta tendência de longo prazo e aumentar a atractividade dos territórios rurais, o programa do Governo prevê um robusto conjunto de políticas públicas dirigidas à coesão territorial e ao reforço da competitividade desses mesmos territórios, mobilizando incentivos ao investimento e à criação de emprego, assentes nas potencialidades das regiões, nomeadamente nas suas características e activos existentes. Estamos todos de acordo que a agricultura e a floresta assumem a maior relevância nos territórios rurais. E, ao



longo dos anos, a política agrícola tem procurado assegurar, nestes territórios, mais resiliência, condições mais favoráveis ao investimento e ao rejuvenescimento das actividades associadas. São políticas públicas, acompanhadas por investimentos privados, que discriminam positivamente estes territórios. Felizmente, já temos resultados visíveis na resposta do sector, o que constitui uma raiz de esperança e confiança no futuro. Refiro-me a produções mais eficientes e competitivas. Projectos que têm permitido aumentar as exportações, o que contribui para o equilíbrio da nossa balança comercial, essencial para consolidarmos as nossas contas e, assim potenciar, o investimento público. Projectos que têm na sustentabilidade uma prioridade, cumprindo-a com a incorporação de conhecimento e tecnologia. Talvez sejamos mesmo o sector que mais e melhor o tem feito. E isso também reforça a atractividade, incentiva a procura de formação nas áreas relacionadas e promove o rejuvenescimento, trazendo quem queira investir, inovar, criar oportunidades nos territórios, partindo sempre das suas potencialidades. E, aqui, tenho mesmo de lembrar alguns dos contributos efectivos dos instrumentos de política pública. A Reforma da Política Agrícola Comum, cujo acordo político foi fechado na Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, vem reforçar prioridades essenciais a este desígnio: mais equidade na atribuição dos apoios, melhor distribuição das ajudas directas, nomeadamente no que diz respeito aos territórios mais vulneráveis e expostos a fenómenos como o despovoamento e a desertificação. E a nossa expectativa, que acompanha a curva evolutiva, é que estas medidas tenham um efeito positivo no rendimento na ordem dos 30%. Territórios que, aliás, também são alvo central da estratégia Terra Futura – Agenda para a Inovação da Agricultura, mediante a qual queremos garantir uma maior capacitação do sector e democratizar o acesso ao conhecimento. Isto é essencial. Uma agenda que estabelece, como um dos seus objectivos, instalar 80% dos novos jovens agricultores em territórios de baixa densidade. Não haja dúvidas: é preciso continuar este trabalho e integrar os ‘novos’ desafios da transição climática e digital, nomeadamente os relacionados com a conectividade digital de todo o país – algo fundamental à coesão socioeconómica e territorial e, naturalmente, à prática de uma agricultura mais tecnológica e sustentável, mas também à digitalização, à desburocratização e à simplificação administrativa. Certo é que o Ministério da Agricultura e Alimentação, sob a lideran-

ça da ministra Maria do Céu Antunes, continuará a fazer parte desta acção integrada e transversal, a incentivar projectos transformadores, sejam eles de novos empreendedores ou de agricultores cuja história de vida se conta com a história do seu trabalho, projectos que alavanquem a dinamização e a revitalização dos territórios. E continuaremos a fazê-lo em diálogo com o sector e com todos os agentes do território.

**Assumi o cargo de secretário de Estado da Agricultura há oito meses. Tem sentido que tem colocado a sua experiência e conhecimento ao serviço da política pública?**

Nem poderia ser de outra forma. A honra que é poder servir o país leva-nos, automática e permanentemente, a procurar a melhor forma de o fazer. E isso implica, naturalmente, o recurso ao que é a nossa bagagem de conhecimento e experiência, oriunda, no meu caso, da academia e do contacto com um sector que se tem recusado a estagnar, que está em constante evolução, aplicando conhecimento na mesma medida em que, por exemplo, rega as suas culturas. Um sector que, aliás, tem feito este caminho de desenvolvimento tendo em vista alcançar um lugar de mais sustentabilidade, enquanto garante de futuro e, também, enquanto marca de competitividade e diferenciação. E, aqui, temos de voltar a falar na clara aposta no uso mais eficiente do recurso “água”. Mas, também, da energia. Temos registado avanços muito

significativos e que nos motivam a fazer mais, mediante uma política pública construída sempre em diálogo com o sector, mas que também conta com a fonte de conhecimento que é o ecossistema de investigação e inovação nacional. Por isso, num contexto que, não esqueçamos, é muito desafiante e sentindo que a missão também passa por acompanhar e criar as melhores condições a este progresso, constato que só posso contribuir para isso se souber colocar a minha experiência e o meu conhecimento ao serviço da política pública. Aliás, essa experiência e esse conhecimento só saem enriquecidos deste processo de partilha, questionamento e debate.

**Que mensagem gostaria de deixar aos agricultores, em particular, aos que se dizem descapitalizados e sem capacidade de investimento?**

Confiança no futuro. Resiliência é o nome do meio de toda a gente que trabalha a terra e na terra, que vive da terra e para a terra. E a adversidade tem sido companheira de jornada. As estratégias e os instrumentos financeiros estão todos ao serviço da produção nacional, a sociedade reconhece, diariamente, o papel da agricultura na garantia da segurança alimentar e a ambição da sustentabilidade ambiental, social e económica é o foco. Bem sabemos que o futuro depende disso. Mas esta transição tem de ser justa e inclusiva. Só assim será uma verdadeira e plena transição. E estou certo de que, juntos, não deixaremos ninguém para trás. ●



Tudo para a Agricultura

ADUBOS • AGROQUÍMICOS • SEMENTES • NUTRIÇÃO VEGETAL • MATERIAL DE REGA



**Sede**  
Rua de Santarém 33-35,  
Almeirim  
Tf. 243 570 841  
(Chamada para rede fixa Nacional)  
borrego@borregoleonor.com.pt

**Armazém**  
Zona Industrial Almeirim, Lt. 34  
Tf. 243 570 800  
(Chamada para rede fixa Nacional)  
geral@borregoleonor.com.pt

**Filial**  
Estrada Nacional 118, Km48,  
Salvaterra de Magos  
Tf. 263 508 081  
(Chamada para rede fixa Nacional)  
borrego.leonor.salvaterra@gmail.com

DISTRIBUIDOR

